



Privatização do Esgoto: venceu a vontade popular

A proposta defendida pela MATRA, de que a Prefeitura poderia utilizar o saldo disponível no BNDES para fazer o tratamento de esgoto da bacia do Barbosa (representa 40% da cidade) poderá ser a saída para o impasse envolvendo a execução da obra. Após quatro horas de debates, na audiência pública realizada na OAB, o prefeito Mário Bulgareli admitiu essa hipótese, mas desde que o banco aceite transferir o valor da amortização do financiamento (cerca de R\$ 590 mil) para o final do contrato.

Dessa forma, estaria afastada de vez qualquer possibilidade de concessão da obra à iniciativa privada.

Representantes do BNDES disseram que a ideia terá que ser analisada pela Secretaria do Tesouro Nacional. O procurador da República, Jefferson Aparecido Dias, organizador da audiência pública, acredita que o diálogo deverá avançar visando uma solução para o problema. A audiência pública lotou o auditório da OAB, com a participação de representantes da sociedade



Audiência pública realizada na OAB

civil, população, vereadores, da Prefeitura (com a presença do prefeito Bulgareli), além de diretores do BNDES (Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social – instituição que está financiando a obra). A diretoria da MATRA esteve presente, apresentando uma série de questionamentos técnicos e econômicos, procurando mostrar que se houver vontade administrativa a Prefeitura tem condições de executar a obra de tratamento do esgoto por bacias (são três), a começar pela do Barbosa, uma vez que 92% dos tubos de coleta já

foram instalados e, pelo valor orçado (R\$ 25 milhões), bastaria o BNDES liberar o restante do financiamento e a Prefeitura, por sua vez, depositar o valor da contrapartida (cerca de R\$ 5 milhões).

A diretoria da MATRA espera que a Prefeitura efetivamente demonstre vontade política para avançar na proposta de executar o projeto de tratamento do esgoto por etapas (a começar pelo Barbosa), resolvendo um problema angustiante que afeta a população mariliense, sem a necessidade de alienação do patrimônio público que ocorreria na hipótese de concessão à iniciativa privada.

Beca: tratamento poderá ser feito sem concessão



Ex-diretor do DAEM, José Carlos Bastos (Beca)

Com uma boa gestão pública e vontade política, a Prefeitura tem condições de concluir a obra de afastamento e tratamento de esgoto, sem a necessidade de concessão à iniciativa privada. A opinião é do ex-diretor do DAEM (Departamento de Água e Esgoto de Marília), José Carlos Bastos (Beca), que durante um ano conseguiu fazer com que a autarquia se tornasse rentável, com um choque de gestão e sem

aumentar a tarifa. Economista e administrador de empresas, José Carlos Bastos assumiu o DAEM em janeiro do ano passado, herdando uma dívida de aproximadamente R\$ 10 milhões (grande parte com a CPFL) e um déficit de 600 mil reais/mês. Combatendo desperdícios que chegavam a 40% da receita da autarquia, corrupção, renegociação dos contratos com fornecedores, rapidamente conseguiu equilibrar a situação financeira. Ao deixar o DAEM, fechou 2009 sem dívida, pagando a folha de dezembro e o 13º salário dos servidores, além de deixar R\$ 2,5 milhões em caixa.

O ex-diretor concorda com a proposta da MATRA de que a melhor saída é executar a obra por etapas, começando pela bacia do Barbosa. Basta a Prefeitura propor um acordo

com o BNDES, se comprometer a fazer a contrapartida e o DAEM, bem administrado, terá condições de gerenciar o serviço de tratamento. “É o que já ocorre atualmente no serviço de água. Historicamente a Prefeitura perfura os poços e passa o gerenciamento para o DAEM, que paga a energia e faz toda manutenção”, exemplificou Beca.

Arrecadação

O modelo de gestão adotado pelo ex-diretor foi aumentar a arrecadação. Ao constatar que metade dos consumidores não pagava a conta de água, colocando hidrômetros e terceirizando a leitura. O resultado disso é que foi possível dobrar o faturamento (chegou a quase R\$ 4 milhões), sem reajuste na tarifa. Com dinheiro em caixa, investiu na troca de bombas

dos poços, reformou a estação de tratamento de água (havia um grande vazamento) e deixou o almoxarifado com estoque.

No caso do esgoto, por exemplo, o DAEM teve que pagar seis parcelas do financiamento do BNDES (cerca de R\$ 3,5 milhões) e mesmo assim não comprometeu a situação financeira da autarquia. Os pagamentos só passaram a ser feitos pela Prefeitura após uma ação judicial do Ministério Público Federal (MPF), já que pelo contrato a obrigação era do Município.

É preciso vontade política

O ex-diretor do DAEM advertiu que, para concluir a obra do afastamento e tratamento do esgoto sem privatização, é preciso vontade

política. Beca revelou que deixou o cargo—mesmo sabendo que tinha conseguido chegar a um modelo de gestão ideal—porque não teve apoio do prefeito e da Câmara Municipal. Pelo contrário. Sempre foram impostas dificuldades para inviabilizar economicamente a autarquia. E citou dois exemplos: a Prefeitura que não queria pagar as parcelas do BNDES e a Câmara que chegou a fazer uma representação na justiça contra a obrigatoriedade de troca dos hidrômetros com defeito. No caso da concessão, José Carlos Bastos faz um alerta: é impossível transferir à iniciativa privada somente o esgoto. Isso porque hoje cerca de 30% das casas possuem ligações clandestinas de água pluvial no esgoto (por isso que quando chove forte é comum o esgoto voltar às residências porque a rede não suporta essa carga extra).

EDITORIAL

“OS PROFESSORES”

Marília vive hoje um sério problema na área educacional. Temos dois professores que administram esse setor, ambos acusados e investigados por crimes de corrupção, improbidade administrativa e de responsabilidade fiscal, entre outros. Um deles é o professor Mário Bulgareli, prefeito municipal. O outro é a professora Rosani Puia, secretária municipal da Educação. E que professores são estes que temos dirigindo o setor na cidade? Em tempos de problemas de todas as ordens na área, com falta de profissionais (inclusive melhores preparados em várias áreas), falta de material didático, escolas com melhor infraestrutura, mais salas de aula e até uniformes de inverno, como ocorreu este ano, nos deparamos com denúncias e mais denúncias de desvio de dinheiro da Educação. Na verdade é dinheiro que deveria ser usado em nossas escolas, com os alunos e professores e em benefício da comunidade. Mas o que acontece? Nos deparamos com denúncias e mais denúncias envolvendo nossos outros professores: Bulgareli e Rosani Puia. Se eles dão esse tipo de exemplo, que educação podemos esperar para nossas crianças? Que futuro elas terão vivendo esta realidade? Como pode uma secretária de Educação Municipal estar sendo investigada por esses crimes todos? Citada pelo Ministério Público por participação em esquemas de fraude? Mas o pior é que depois de tudo isso eles ainda continuam em seus cargos. O mínimo que se espera de uma pessoa neste cargo é que já tivesse pedido demissão. E por parte do outro professor, que também tivesse renunciado ao mandato. Mas isso num País sério. Infelizmente não é o que vimos por aqui. Pelo contrário, nossos dois professores estão dando aula de...

EXPEDIENTE

MATRA - Marília Transparente
 Av. Carlos Gomes, 167 (Sala 41)
 Fone (14) 3414-1444 - CNPJ - 08.462.288/0001-28
 www.matra.org.br • matra@matra.org.br

Tiragem: 3.000 exemplares.
 Impressão: CNPJ: 01.099.436/0001-42

CHARGE



ARTIGO

Breves lições sobre a cidadania

Inicialmente, é com grande satisfação que recebemos o convite da sempre atuante ONG Marília Transparente – Matra, para escrevermos ao nosso amigo leitor, sobre o significado da “cidadania” nos tempos atuais, suas formas de atuações, e principalmente a importância da prática deste direito fundamental do homem, os quais serão aprofundados no decorrer das demais publicações.

Imprescindível para iniciarmos, é saber o significado de “Cidadania” (do latim, civitas, “cidade”). O conceito de cidadania sempre esteve fortemente “ligado” à noção de direitos, especialmente os direitos políticos, que permitem ao indivíduo intervir na direção dos negócios públicos do Estado, participando de modo direto ou indireto na formação do governo e na sua administração, seja ao votar (direto), seja ao

concorrer a cargo público (indireto).

Dentre as centenas de definições sobre “cidadania”, uma das mais didáticas é a do Professor Dalmo Dallari: “A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social”. (DALLARI, Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Moderna, 1998. p.14)

A construção da cidadania é também a construção de novas relações e consciências. A cidadania é algo que não se aprende a fundo na escola ou com os livros, mas com a convivência atuante na vida política, cultural, social e pública. É no convívio do

FRASES

“Parece tão óbvio que aqueles, que vão fazer leis, governar, administrar o dinheiro e o patrimônio público devam ostentar honestidade pública e credibilidade moral. Alguém tem alguma coisa contra? Certamente ninguém quer entregar o futuro do País, do seu Estado ou município para um candidato em quem não se pode confiar”.

Dom Odilo Scherer, Arcebispo de São Paulo.

“Historicamente o DAEM é uma empresa boa, mas foi usado politicamente”.

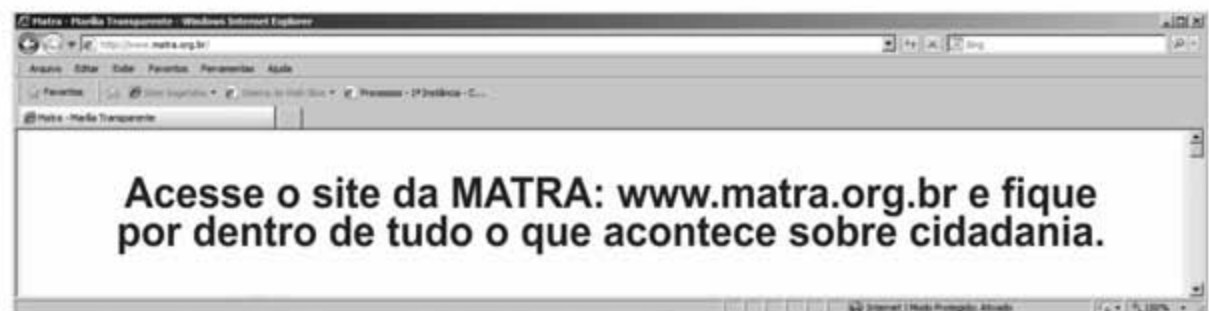
Ex-diretor do DAEM (Departamento de Água e Esgoto de Marília), José Carlos Bastos (Beca).

“Ninguém é dono da verdade”

Prefeito Mário Bulgareli ao admitir a possibilidade de abrir mão da concessão da obra o esgoto e executá-la por etapas, como defende a MATRA, durante audiência pública na OAB.



**Não deixe de ouvir:
 Matra na Rádio
 Clube às 12h**



MUTIRÃO DA CIDADANIA

Mutirão da Cidadania faz 929 atendimentos



Atendimento realizado à população no Mutirão

Na sua sexta edição em Marília, o Mutirão da Cidadania realizou 929 atendimentos nos dois dias de atividades realizadas na quadra de esportes da igreja Santo Antonio. Mesmo com o movimento intenso, mais uma vez não foram registradas filas, em virtude da estrutura montada e pelo grande número de parceiros (mais de vinte órgãos). O atendimento médico foi um dos principais destaques, graças a participação de estagiários da Faculdade de

Medicina de Marília (FAMEMA) e da Universidade de Marília (UNIMAR). A próxima edição será realizada nos dias 26 e 27 de agosto, no salão paroquial do jardim Santa Antonieta.

Além das mesas de atendimento distribuídas durante o salão e do setor de triagem, também foram montadas tendas destinadas aos programas de Controle de Tabagismo, orientação sobre Primeiros Socorros, orientação sobre gripe H1N1, bem como orientação sobre

exames e rotina das Unidades Básicas de Saúde.

A Defensoria Pública Estadual atendeu a 73 pessoas, sobre orientações e andamento de processos, enquanto que 112 pessoas procuraram a Caixa Econômica Federal, principalmente para emissão de segunda via de CPF, sem custos. Outro documento emitido foi a carteira do Trabalho, pela Secretaria do Trabalho e Emprego (47 atendimentos).

CNJ e TRF

O procurador da República, Jefferson Aparecido Dias, idealizador do projeto, informou que para a próxima o Mutirão da Cidadania terá a participação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e também do Tribunal Regional Federal. Atualmente mais de 20 órgãos fazem atendimento na área da

cidadania, inclusive com emissão de segunda via de CPF e Carteira do Trabalho.

O mutirão, realizado pela Procuradoria da República em parceria com a MATRA é inédito no país e tem por objetivo levar à população dos bairros a prestação de serviços na área da cidadania. A idéia é reunir, num mesmo

local, funcionários de órgãos públicos municipais, estaduais e federais, além de outras instituições, para atender a população, tirando dúvidas e resolvendo problemas, como falta de remédios ou revisão de aposentadoria, com rapidez e sem burocracia.



Tenda destinada ao programa de Controle de Tabagismo

Abandono do Teatro: MP abre inquérito civil



Fotos de jornais locais

O Ministério Público do Estado de São Paulo abriu inquérito civil para apurar denúncia feita pela MATRA de abandono do Teatro Municipal de Marília "Waldir Silveira Mello", conforme noticiamos na edição anterior. Pela distribuição, o

caso está sendo apurado pelo promotor Isauro Pigozzi Filho, que pediu providências contra os responsáveis pela situação do teatro. O que se tem atualmente é que, por dolo ou culpa, seja da Prefeitura ou da construtora, o prejuízo ao patrimônio

público e à cultura local é evidente. A empresa R. A. Tortela & Tortela Construtora Ltda ME foi vencedora da licitação, com uma proposta no valor de R\$ 194.425,16 (preço 0,3% inferior ao máximo orçado pela Prefeitura), para reforma da cobertura do teatro, envolvendo reforço na estrutura, forro e alteração na iluminação. As obras começaram no dia 5 de outubro do ano passado, com prazo máximo de 60 dias.

Entretanto, a data para o término do serviço foi prorrogada duas vezes, sob a justificativa do excesso de chuvas. O último prazo

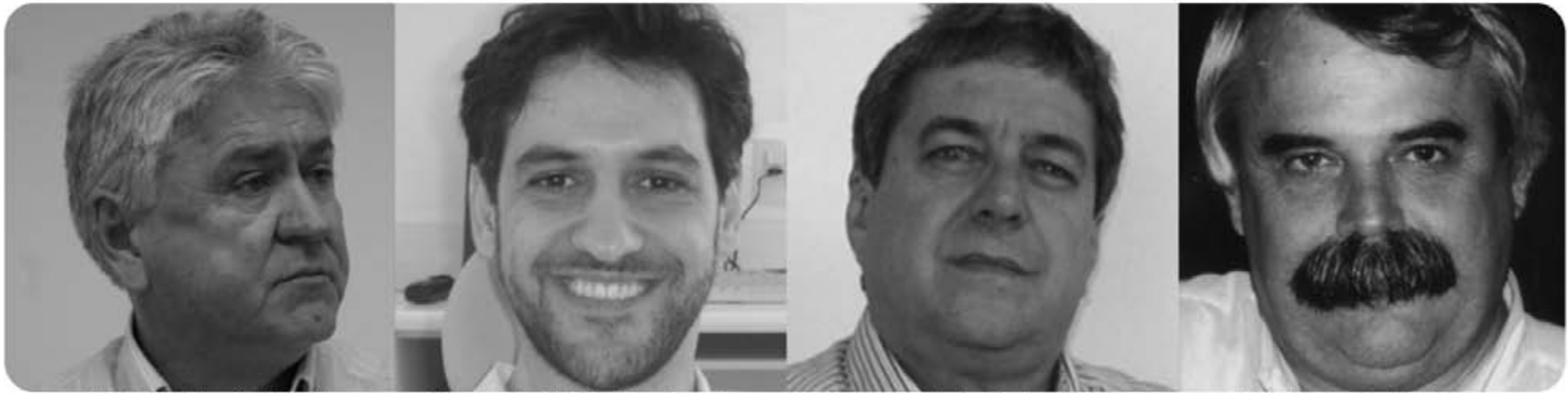
venceu no dia dois de fevereiro. A MATRA constatou o completo abandono do teatro municipal, comprometendo inclusive os objetos existentes no local, como poltronas, equipamentos de som e cortinas.

Pagamentos

Na representação protocolada junto ao Ministério Público, a MATRA constatou que logo na primeira medição da obra (sistema pelo qual é possível constatar o que foi efetivamente realizado) a empresa recebeu o equivalente a 60% do valor total dessa reforma (R\$ 123.572,74).

Outro problema constatado diz respeito e sub-emprego de serviços licitados, contrariando expressamente o previsto no contrato celebrado entre a Prefeitura e a empresa vencedora da licitação. Boletins de ocorrência lavrados, em razão dos fatos, apontam irregularidade nas seguintes atividades: desmontagem e montagem do sistema elétrico, desmanche do telhado, confecção e instalação de cobertura metálica com calhas, instalação de passarelas metálicas para manutenção elétrica e instalação de forro termoacústico.

Agora Bulgarelli e Nelsinho se juntam a Camarinha e Garrossino com bens bloqueados



Mario Bulgarelli, prefeito de Marília

Nelson Grancieri, chefe de gabinete da prefeitura

ex-prefeito Abelardo Camarinha

Carlos Umberto Garrossino, chefe de gabinete na administração Camarinha

Por incrível que pareça nas últimas décadas as administrações marilienses vêm manchando-se de suspeitas e condenações por atos de corrupção, improbidade administrativa e responsabilidade fiscal, entre outros. Os valores dos desvios ou prejuízos aos cofres da Prefeitura ultrapassam a casa dos R\$ 20 milhões. Não bastasse o passado, agora o prefeito Mario Bulgarelli e o seu chefe de gabinete, Nelson Grancieri, também tiveram seus bens particulares bloqueados pela Justiça para garantia de pagamento em função de futura condenação na investigação de desvio de mais de R\$ 4 milhões em apenas duas ações.

Assim, a história se repete

em Marília, uma vez que o ex-prefeito Abelardo Camarinha e seu então chefe de gabinete, Carlos Umberto Garrossino, também estão com os bens bloqueados devido investigações judiciais de eventuais desvios de recursos da Prefeitura.

Quanto à Bulgarelli, teve junto com a secretária municipal da Educação, Rosani Puia Pereira, os bens bloqueados para garantir pagamento na investigação de um rombo de quase R\$ 1,5 milhão com a compra de materiais em livrarias e papelarias que foram pagos mas não entregues às escolas municipais.

O caso foi denunciado pelo Ministério Público numa investigação que começou em

2008. Apenas naquele ano foram feitas compra através de notas fragmentadas inferiores a R\$ 8 mil, o que dispensa a realização de licitações. A ex-chefe do almoxarifado da secretaria, Thaisa Casagrande Simini Rossi e outros quatro comerciantes acusados de participarem do esquema fraudulento também tiveram os bens bloqueados. Ao todo, cerca de 100 réus estão sendo investigados no processo nº 344.01.2006.004019-0 - que tramita na Justiça de Marília - acusados de participarem de esquema de fraudes, corrupção e improbidade administrativa para desviar dinheiro dos cofres da Secretaria da Educação.

E esta é apenas uma das dezenas de denúncias

envolvendo Bulgarelli e sua administração, como o superfaturamento das obras do Ginásio de Esportes, apontado pelo Tribunal de Contas, cujo valor já chega a R\$ 17 milhões. Além disso, sofreu condenação pelo desvio de R\$ 4,5 milhões também da Secretaria da Educação.

No caso das notas fragmentadas, a denúncia é de que é feita uma compra abaixo de R\$ 8.000,00 em determinada livraria ou papelaria, paga-se com o cheque e depois de descontado o dinheiro era dividido entre comerciantes e os mandantes da Prefeitura e Secretaria da Educação, sem que o material fosse entregue.

NELSINHO

Outro caso é o do secretário municipal da Fazenda e chefe de gabinete do prefeito Bulgarelli, Nelson Grancieri. A Justiça local determinou o bloqueio de uma casa dele, avaliada em R\$ 848,9 mil. A justificativa apresentada pelo Ministério Público e acatada pelo judiciário é de que o valor do imóvel é incompatível com a renda mensal do chefe de gabinete. Em síntese, o que ele ganha, mesmo que somado à renda de sua esposa, não permite acumular patrimônio nesse valor. Os dados foram levantados em laudo feito por técnicos do MP. A Justiça pede ainda que o chefe de gabinete devolva aos cofres públicos o valor de R\$ 371,8 mil.

MAIS UMA: Tribunal de Contas julga irregular licitação e contrato da pavimentação no Nova Marília

Mais uma obra da prefeitura de Marília está sob suspeita de irregularidades, como superfaturamento. Desta vez é a pavimentação asfáltica e construção de guias e sarjetas com fornecimento de material e mão de obra em diversas vias

públicas, nos Bairros Nova Marília III e IV e Jardim Renata. A Licitação para a contratação de empresa especializada para a execução dessas obras foi considerada irregular pelo TCE (Tribunal de Contas do Estado). O valor gasto foi de R\$ 2,910 milhões.

A empresa vencedora foi a Trindade Locações e Serviços Ltda, representada por Eduardo Bicalho Geo. O contrato foi firmado em 13/06/2008 pelo prefeito Mário Bulgarelli e o secretário de Obras, Antonio Carlos Nasraui.

A matéria foi examinada e auditada pela Unidade Regional de Marília - UR-4, que concluiu pela irregularidade da licitação e do contrato, face à oito objeções encontradas pelos técnicos do Tribunal. Entre elas, ocorrências de cláusulas

restritivas à participação de outras empresas na licitação; além do que a "a origem não procedeu/demonstrou os custos estimados para os serviços, os preços apresentavam-se acima dos praticados no mercado".